

FÁBIO LEMOS CURY

Advogado. Doutor em Direito (PUC/SP).
Professor dos cursos de especialização e
extensão do IBET e da PUC/COGEAE.
Conselheiro titular do Conselho Municipal de
Tributos da Prefeitura de São Paulo (CMT/SP).

**ITCMD: REGIME GERAL E
O PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR**

2022

editora e livraria

NOESES

1230601

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

C988I

Cury, Fábio Lemos

ITCMD : regime geral e o papel da lei complementar / Fábio Lemos Cury. - 1. ed. - São Paulo : Noeses, 2022.

330 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89888-78-9

1. Direito tributário - Brasil. 2. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação. I. Título.

22-80784

CDU: 34:351.713(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XI
INTRODUÇÃO	1
1. REFERENCIAIS TEÓRICOS	7
1.1 Noções sobre direito, normas e sanção.....	7
1.2 Normas jurídicas e hierarquia	15
1.3 O direito e sua natureza sistêmica.....	19
1.4 Princípios de direito	23
1.5 A teoria da regra-matriz de incidência como método	31
2. CONCEITO DE COMPETÊNCIA E COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	37
2.1 Sobre a noção de competência.....	37
2.2 Noções sobre a competência tributária.....	39
	XV

ITCMD: REGIME GERAL E O PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR

2.3	Repartição das competências tributárias na CF de 1988.....	48
2.4	Imunidades e princípios: as limitações constitucionais ao poder de tributar	51
3.	O PROBLEMA DA SANÇÃO ÀS OMISSÕES LEGISLATIVAS EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA	57
3.1	Normas de conduta e de estrutura ou competência	57
3.1.1	As normas imperativas de segunda instância e o problema das normas de competência modalizadas em obrigações – os ilícitos nomogenéticos omissivos.....	60
3.2	Algumas considerações sobre a classificação das normas constitucionais, as omissões legislativas totais e parciais e a <i>inertia deliberandi</i>	68
3.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e mandado de injunção: novos paradigmas para concretização das normas constitucionais	73
4.	O PAPEL RESERVADO À LEI COMPLEMENTAR NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	85
5.	O ITCMD NA CONSTITUIÇÃO E NA LEI COMPLEMENTAR – A REGÊNCIA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	101
5.1	A evolução da tributação sobre as transmissões patrimoniais nas Constituições brasileiras	101
5.2	A falta da lei complementar de que trata o art. 155, I, e § 1º, III, da CF e a instituição do ITCMD em transmissões internacionais: entendimento do STF	106

FÁBIO LEMOS CURY

5.3	Panorama da deficiente disciplina do ITCMD no CTN.....	119
5.3.1	Decadência e prescrição do ITCMD e sua regência pelo CTN	120
5.3.2	O art. 110 do CTN: impossibilidade da perversão dos conceitos de direito privado para fins de tributação	123
5.3.3	Planejamento patrimonial e sucessório e seus limites: arts. 116, parágrafo único, e 149, VII, do CTN	125
6.	AS IMUNIDADES E ALGUNS PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO ITCMD	135
6.1	As imunidades em relação ao ITCMD	135
6.2	O ITCMD e o princípio da legalidade	143
6.3	O ITCMD e o princípio da irretroatividade.....	150
6.4	O ITCMD e o princípio da anterioridade.....	153
6.5	O ITCMD e o princípio da capacidade contributiva	156
6.5.1	O ITCMD, a capacidade contributiva e a progressividade.....	161
6.5.2	A progressividade do ITCMD e a discriminação por graus de parentesco.....	165
6.6	O ITCMD, a não obstância dos direitos fundamentais pela tributação e o direito fundamental à herança.....	172

ITCMD: REGIME GERAL E O PAPEL DA LEI COMPLEMENTAR

7. ANÁLISE DA REGRA-MATRIZ DO ITD À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	181
7.1 Critério material	181
7.1.1 O aparente conflito entre o ITCMD e o Imposto sobre a Renda.....	186
7.1.2 Renúncia de heranças como fato jurídico-tributário do ITD.....	190
7.1.3 Partilhas desiguais.....	192
7.2 Critério temporal	195
7.2.1 Decadência do ITD.....	197
7.3 Critério espacial	200
7.4 Critério quantitativo: base de cálculo e alíquotas	204
7.5 Critério pessoal: sujeitos ativo e passivo.....	209
8. ANÁLISE DA REGRA-MATRIZ DO IMPOSTO CAUSA MORTIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	215
8.1 Critério material	215
8.1.1 Não incidência do ITCM na extinção do fideicomisso.....	218
8.1.2 Não incidência do ITCM na extinção do usufruto	222
8.1.3 Não incidência do ITCM na reversão de doação por premoriência do donatário.....	225
8.1.4 Seguros de vida e planos de previdência privada	226
8.2 Critério temporal	231
8.2.1 Decadência do ITCM	236

FÁBIO LEMOS CURY

8.3	Critério espacial	239
8.4	Critério quantitativo: base de cálculo e alíquotas	242
8.4.1	Herança líquida: dedução de dívidas e despesas do <i>de cuius</i>	245
8.5	Critério pessoal: sujeitos ativo e passivo.....	247
9.	ALGUNS INSTITUTOS DO COMMON LAW E A TRIBUTAÇÃO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS E DIREITOS CAUSA MORTIS E POR DOAÇÕES	249
9.1	<i>Trusts</i>	250
9.1.1	Origens do instituto.....	250
9.1.2	Conceito, elementos e características dos <i>trusts</i>	254
9.1.3	Os <i>trusts</i> e a tributação pelo ITCMD	264
9.2	<i>Joint tenancy with right of survivorship</i>	272
9.2.1	Conceito, elementos e características gerais	272
9.2.2	As <i>joint tenancies</i> e a tributação pelo ITCMD	279
	CONCLUSÕES	285
	REFERÊNCIAS	293